

Representantes brasileiros serão eleitos por voto direto



No mês passado, tomaram posse os primeiros deputados paraguaios eleitos pelo voto direto para o Parlamento do Mercosul. Agora, falta a definição do número de representantes a que cada país terá direito para que Brasil, Argentina e Uruguai também possam escolher seus parlamentares no órgão. Essa é a prioridade do Parlasul este ano, na opinião do senador Aloizio Mercadante. Eleição inédita no Brasil deve acontecer em outubro de 2010. Página 2



Criação da Unasul preocupa parlamentares

Comissão do Parlamento do Mercosul manifestou preocupação com o anúncio de que a nova União das Nações Sul-Americanas terá órgão próprio.

Parlamento é inspirado no modelo da União Européia

O Parlasul estava previsto desde a criação do Mercosul em 1991. Mas seu modelo só foi definido três anos depois, pelo Protocolo de Ouro Preto. Cumprido o cronograma de instalação, o Parlasul será o segundo do gênero no mundo, seguindo os passos do Parlamento Europeu.

Processo de integração começou há três décadas

Brasil e Argentina iniciaram aproximação comercial nos anos 80. Paraguai e Uruguai se uniram na década seguinte para formar o Mercado Comum do Sul.

Número de representantes por país aguarda definição

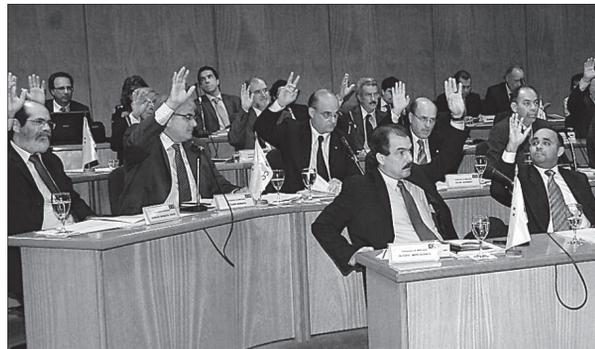
Adoção do critério de proporcionalidade em relação à população para o cálculo do número de vagas por país no Parlamento do Mercosul (Parlasul) será uma das prioridades deste segundo semestre, segundo o presidente da Representação Brasileira no Parlamento, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e o presidente temporário do Parlasul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

Hoje, cada um dos membros permanentes (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) tem 18 parlamentares, independentemente da população. A Venezuela, em processo de adesão, conta com nove parlamentares, ainda sem direito a voto. Uma proposta apresentada por Dr. Rosinha daria ao Brasil 75 assentos no parlamento, Uruguai e Paraguai, os menores países, continuariam com 18 cada, enquanto a Argentina teria 33 e a Venezuela, 27. Pela proposta, a cada entrada de um novo país, a proporcionalidade seria revista.

Dr. Rosinha defende que o Parlasul não seja "uma espécie de senado multinacional", com os países sendo representados por parlamentares em igualdade numérica, mas "uma câmara baixa em que os cidadãos comuns se devem fazer ouvir". Com a posse dos deputados eleitos até 2011, acredita Dr. Rosinha, o Parlasul estará a caminho de sua consolidação.

Outras propostas, porém, limitam a Representação Brasileira. Parlamentares uruguaios e paraguaios defendem 51 vagas para o Brasil, 36 para a Argentina, 30 para a Venezuela, 18 para o Paraguai e 15 para o Uruguai.

Primeiro país a eleger deputados es-



Hoje, cada país membro do Mercosul tem 18 representantes no parlamento do bloco

pecificamente para o Parlasul, o Paraguai aproveitou a indefinição sobre a proporcionalidade e ocupou as 18 vagas disponíveis hoje para o país no colegiado, em posse coletiva ocorrida na última reunião, em julho. Dessa maneira, o país acabou por fixar um número mínimo para sua representação.

Se 18 parlamentares representam os 6 milhões de habitantes do Paraguai, pela proporcionalidade pura seriam necessários 561 parlamentares para representar os 187 milhões de brasileiros e 117 para os 37 milhões de argentinos.

Porém, nem a Câmara brasileira nem o Parlamento Europeu adotam a proporcionalidade aritmética. No Brasil, cada um dos 70 deputados de São Paulo representa 572 mil pessoas, enquanto cada um dos oito deputados de Roraima representa 50

mil habitantes do estado. Na Europa, o deputado alemão no Parlamento Europeu fala em nome de 840 mil pessoas. Já um dos cinco deputados de Malta representa 80 mil residentes na ilha do Mediterrâneo.

A forma como os parlamentares brasileiros serão eleitos dependerá muito do número de deputados do país no colegiado. Se forem poucos, é possível que ocorram eleições em que todo o eleitorado nacional vote junto. Nesse caso, é possível que seja adotada a eleição proporcional por lista partidária.

Caso a proposta de Dr. Rosinha seja acolhida, podem ocorrer eleições regionalizadas ou então cada Estado terá direito de um a dois deputados, o que transformaria a disputa praticamente em uma eleição majoritária.

Criação da Unasul gera incertezas para o Mercosul

A União das Nações Sul-Americanas (Unasul) foi criada em maio passado pelos presidentes de 12 países do continente. O novo bloco volta a propor a integração regional, com ênfase em acordos nas áreas de infra-estrutura e, principalmente, de defesa. Os temas, de forte apelo político internacional, vão além do proposto por Mercosul e Comunidade Andina de Nações (CAN), que dão maior ênfase a temas econômicos.

O ato de criação da Unasul prevê a instituição de um parlamento regional em Cochabamba, na Bolívia, com uma

primeira reunião de parlamentares até o final do ano.

Uma possível duplicidade de representação levou a Comissão de Assuntos Internacionais do Parlasul, em julho, a demonstrar preocupação. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) vai pedir aos presidentes da Câmara e do Senado brasileiros que indiquem representantes na Unasul entre os parlamentares que compõem a Representação Brasileira no Parlasul. "Não tem sentido mantermos estruturas paralelas. E a Unasul ainda é mais um projeto do que uma instituição", observou.

Em pauta, subsídios agrícolas e políticas de imigração de países ricos

No topo da pauta do Parlasul figuram assuntos como o tratamento dado pelos europeus a imigrantes da América Latina e o protecionismo dos países ricos ao setor agrícola, alvo de embaixada na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na reunião de julho, o parlamento concordou em aprovar uma moção de repúdio à política de imigração da União Européia. Segundo a moção, a nova legislação da Europa "constitui uma violação aos direitos humanos básicos e, em particular, ao direito da livre circulação internacional". Condenou ainda a previsão de cadeia, de até 18 meses, para imigrantes ilegais.

Como forma de negar que haja falta de harmonia entre os países do Mercosul nas negociações da OMC, o Parlasul aprovou no fim do mês passado declaração de apoio à unidade do bloco na Rodada Doha. O texto faz referência ainda à vontade comum dos países do Mercosul de que europeus e americanos reduzam subsídios e liberalizem os mercados agrícolas. Para Mercadante, busca-se explorar diferenças entre Brasil e Argentina na abertura a manufaturados de países ricos.

Diminuição das desigualdades é essencial para garantir integração

A diminuição das desigualdades socioeconômicas entre os países do Mercosul – que poderia levar a uma maior uniformidade nas negociações – faz parte das preocupações do parlamento. No final de junho, Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou uma proposta para que se recomende ao Conselho do Mercado Comum a criação de uma agência de desenvolvimento para assessorar os governos na elaboração de projetos a serem financiados pelo Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

O Focem é formado por contribuições dos países membros do Mercosul, proporcional ao PIB dos integrantes do bloco. O fundo terá validade de dez anos, com aportes anuais de US\$ 100 milhões. O Brasil fica com cerca de 70% do valor, a Argentina com 27%, o Uruguai com 2% e o Paraguai com 1%.

Em mais uma discussão levantada pelos senadores brasileiros, o Parlasul também discutiu a preocupação dos governos do Mercosul com relação à decisão do governo norte-americano de reativar sua Quarta Frota Naval para monitorar os mares da América Latina.



Parlamento Europeu, formado em 1957, realizou as primeiras eleições em 1979 e serviu de inspiração para seu congêneres da América do Sul

Parlasul está previsto desde a origem do bloco, em 1991

O papel idealizado para o Parlamento do Mercosul não é muito diferente daquele reservado aos parlamentos das nações: ser uma caixa de ressonância e a melhor representação do povo da região, recebendo as demandas encaminhadas pelas organizações e movimentos sociais. Com esse conceito em vista, o marco inicial do Mercosul, o Tratado de Assunção, já previa um braço parlamentar, que só passou a integrar a estrutura do bloco pelo Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994.

Inicialmente, seu papel ficou limitado ao de um órgão a ser consultado antes de iniciada a tramitação nos legislativos nacionais dos acordos assinados pelos países membros.

Batizado de Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), o colegiado era cons-

tituído por número igual de parlamentares representantes de cada país do bloco, designados pelos respectivos legislativos dos países membros, como acontece na atual fase de transição para o Parlamento do Mercosul. A Presidência tem-

lamente. Ou seja, depois de negociados pelos executivos, os acordos são submetidos ao Parlasul, que emite sua opinião sobre a matéria. Somente então os chefes de Estado assinam os textos. Para cumprir a tarefa, o parlamento passou a se reunir dois dias por mês. Ao final deste ano, também terá fim a presidência rotativa, com duração de seis meses, da Mesa Diretora.

A partir de 2009, o presidente e os vice-presidentes (um por país membro) terão mandato de dois anos, podendo ser reeleitos uma só vez.

Nessa fase de transição, que vai até 2010, os países membros devem promover eleições diretas para a escolha dos parlamenta-

res do Mercosul (veja reportagem na página 2), com base na agenda e na legislação eleitoral específica de cada país.

Na segunda fase, antes do final de 2012, o Parlamento deve escolher o Dia do Mercosul Cidadão, em que as eleições dos parlamentares serão feitas, simultaneamente, em todos os países do bloco.

Assim como aconteceu com o Parlamento Europeu (veja matéria ao lado), a idéia é que os poderes do Parlasul aumentem progressivamente, de forma que o debate com a sociedade, marcados pela transparência que se deve esperar do Poder Legislativo, possa melhorar a qualidade das leis no Mercosul e sua percepção pelo povo. Dessa forma, a integração política teria como função superar a integração fundamentalmente comercial.

Brasileiros que compõem o Parlasul

Presidente: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)	Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)	Vice-Presidente: Deputado Cláudio Diaz (PSDB-RS)
Senadores	Deputados	
Titulares: - Pedro Simon (PMDB-RS) - Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) - Efraim Morais (DEM-PB) - Romeu Tuma (PTB-SP) - Marisa Serrano (PSDB-MS) - Aloizio Mercadante (PT-SP) - Sérgio Zambiasi (PTB-RS) - Cristovam Buarque (PDT-DF) - Inácio Arruda (PCdoB)	Suplentes: - Neuto de Conto (PMDB-SC) - Valdir Raupp (PMDB-RO) - Adelmir Santana (DEM-DF) - Raimundo Colombo (DEM-SC) - Eduardo Azeredo (PSDB-MG) - Flávio Arns (PT-PR) - Fernando Collor (PTB-AL) - Vago (PDT) - Vago (PCdoB)	Titulares: - Cezar Schirmer (PMDB-RS) - Dr. Rosinha (PT-PR) - George Hilton (PP-MG) - Max Rosenmann (PMDB-PR) - Cláudio Diaz (PSDB-RS) - Geraldo Thadeu (PPS-MG) - Germano Bonow (DEM-RS) - Beto Albuquerque (PSB-RS) - José Paulo Tóffano (PV-SP)
	Suplentes: - Iris de Araújo (PMDB-GO) - Nilson Mourão (PT-AC) - Renato Molling (PP-RS) - Valdir Colatto (PMDB-SC) - Antonio Pannunzio (PSDB-SP) - Leandro Sampaio (PPS-RJ) - Celso Russomano (PP-SP) - Vieira da Cunha (PDT-RS) - Dr. Nechar (PV-SP)	

Veja os principais blocos econômicos do planeta

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)
Tratado firmado em Brasília em maio de 2008 pelos presidentes de 12 países sul-americanos. Para que passe a valer, precisa ser ratificado (aprovado pelos parlamentos) de nove deles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

COMUNIDADE ANDINA (CAN)
Em 1969, pelo Acordo de Cartagena, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia e Chile criaram uma união aduaneira e econômica para fazer restrições à entrada de capital estrangeiro, com base em estudos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas.
Com a subida ao poder do general Augusto Pinochet, o Chile se retirou do pacto em 1973, abrindo sua

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI)
Criada em agosto de 1980 pelo Tratado de Montevideu, a Aladi objetivou criar um mercado comum latino-americano mediante a concessão de preferências tarifárias e acordos re-

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO DA AMÉRICA DO NORTE (NAFTA)
O Nafta (North America Free Trade Agreement) foi planejado para ser um instrumento de integração das economias dos Estados Unidos, do Canadá e do México.

UNIÃO EUROPÉIA (UE)
Por meio do Acordo de Liberalização Econômica, de 1991, formalizou-se o relacionamento comercial entre os Estados Unidos e o Canadá. Em agosto de 1992, recebeu a adesão dos mexicanos. O bloco entrou efetivamente em vigor em janeiro de 1994.
Os especialistas prevêem que a proposta americana de constituição de uma grande Área de Livre Comércio das Américas (Alca) venha a se basear no modelo institucional e nos objetivos do Nafta.
O bloco abriga uma população de 418 milhões de habitantes, produzindo um PIB de US\$ 11,4 trilhões.

A União Européia representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos. Oriunda da Comunidade Econômica Européia (CEE), criada em 1957 pelo Tratado de Roma, a União Européia tem um PIB de US\$ 8 trilhões.
Até 2003, a União Européia era formada por 15 países da Europa Ocidental, e sua população estimada em 374 milhões de habitantes. Hoje, após a incorporação de países do Leste Europeu, passou a contar com 27 integrantes.
Seu órgão máximo é o Conselho Europeu. Agrupa os chefes de Estado ou de governo, além do presidente da Comissão Européia, sendo responsável pela definição das grandes orientações políticas.
Já o Conselho de Ministros é o órgão que dispõe de poder de decisão,

assumindo a coordenação geral das atividades da União. O conselho, juntamente com o Parlamento Europeu (composto por 785 delegados eleitos), fixa a legislação da União Européia, inicialmente proposta pela Comissão Européia.
O euro é a moeda única criada pelo bloco europeu. É usada em substituição às moedas da maioria dos demais países membros desde janeiro de 2002. Três países ainda resistem ao fim da emissão de sua própria moeda, por temer as consequências da perda da sua soberania: Reino Unido, Suécia e Dinamarca.
Para admissão à União Econômica e Monetária, o país membro da União Européia deve atender aos seguintes pré-requisitos: déficit público máximo de 3% do PIB; inflação baixa e controlada; dívida pública de no máximo

60% do PIB; moeda estável, dentro da banda de flutuação do Mecanismo Europeu de Câmbio; e taxa de juro de longo prazo controlada.
FÓRUM ECONÔMICO DA ÁSIA E DO PACÍFICO (APEC)
Organismo intergovernamental para consulta e cooperação econômica – na verdade, constitui-se em um bloco econômico para promover a abertura de mercados entre 20 países –, a Apec se caracteriza por ser um fórum de coordenação de políticas econômicas com o objetivo de harmonizar as posições entre os sócios.
Fundada em 1989 pelo Tratado de Canberra (Austrália), a Apec pretende

viabilizar a livre troca de mercadorias entre os países do grupo até 2020.
O bloco responde por metade do PIB e 40% do comércio mundial. No entanto, trata-se mesmo é de uma associação econômica aberta, o que descarta a idéia de uma união ou de uma comunidade. Na Apec, cada Estado se mantém livre para, segundo as necessidades nacionais, liberalizar o comércio.
A Apec reúne uma população de 2,6 bilhões de habitantes, alcançando um PIB de US\$ 18,6 trilhões. São países membros do bloco: Austrália, Brunei, Darussalam, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Coréia do Sul, Tailândia e Estados Unidos da América, desde 1989; China, Hong Kong e Taiwan, desde 1991; México e Papua Nova Guiné, desde 1993; Chile, a partir de 1994; e Peru, Rússia e Vietnã, a partir 1998.

Parlamento é inspirado no modelo europeu

Cumprido seu calendário de implantação, o Parlamento do Mercosul promete ser a segunda instituição do gênero a ter membros eleitos por voto direto e universal. A primeira delas foi o Parlamento Europeu, que realizou as primeiras eleições em 1979 e serve como modelo para o bloco sul-americano.

O Parlamento Europeu se assemelha aos legislativos nacionais. Os deputados são eleitos nos países membros do bloco, com mandato de cinco anos.

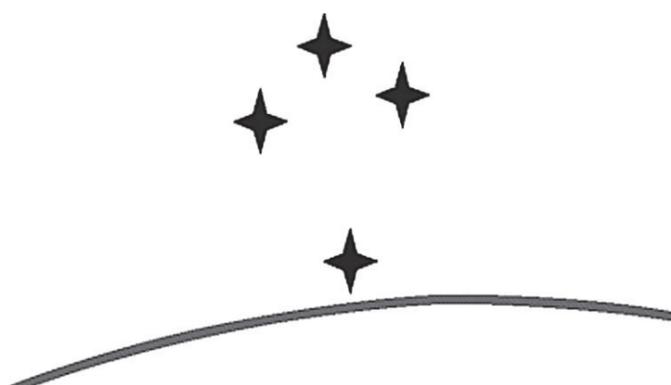
Constituído em 1957, o órgão era inicialmente apenas consultivo. Só em 1987 teve seus poderes ampliados e, em 1992, consolidados pelo Tratado de Maastricht. Se a integração continuar, com uma Constituição europeia, o poder parlamentar deverá avançar consideravelmente.

Em conjunto com o Conselho Europeu, composto pelos ministros dos Estados membros e principal instância de decisão do bloco, é o Parlamento que analisa a proposta orçamentária apresentada pela comissão, podendo aprová-la ou não. Posteriormente, supervisiona a execução do orçamento, com base em relatórios do Tribunal de Contas continental.

O Parlamento faz ainda o controle da gestão das políticas da União Européia e do programa da Comissão Européia. Tem poder de propor a demissão da Comissão Européia, pelo voto de dois terços de seus membros.

A sede do Parlamento se divide entre Estrasburgo, na França, onde são realizadas doze sessões plenárias, e Bruxelas, na Bélgica, onde acontecem outras seis.

Os 27 membros da UE elegem 785 deputados. Cada país fixa as regras das eleições, mediante três condições: voto a partir dos 18 anos de idade, igualdade entre homens e mulheres e voto secreto.



Três décadas de negociação até o Mercosul

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi formado como bloco econômico regional em 1991 por decisão de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, por meio do Tratado de Assunção.

O bloco resultou de três décadas de tentativas de integração sob a forma de associações de livre comércio entre países da América do Sul, tais como a Alalc (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) e a Aladi (Associação Latino-Americana de Integração).

Já nos anos 80, Brasil e Argentina iniciaram a negociação de reduções tarifárias recíprocas. Em 1986, os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín decidiram que a aproximação das duas economias deveria constituir um dos pilares de suas políticas externas. Firmaram um tratado de cooperação econômica que se mostrou muito eficiente no incremento do comércio entre os dois países, em especial nos setores de bens

de capital, trigo e automóveis.

O êxito alcançado, sob o amparo do sistema jurídico da Aladi, viabilizou a ampliação do tratado de integração, inclusive com a completa eliminação de barreiras ao comércio para todos os produtos e não somente para alguns setores. Ainda mais importante: a adoção de uma tarifa externa comum, além da necessidade de coordenação de políticas macroeconômicas.

Paraguai e Uruguai aderiram no início da década de 90 ao projeto de mercado comum proposto por brasileiros e argentinos. Afinal, os dois países sempre tiveram Argentina e Brasil como seus principais parceiros comerciais.

Teve origem assim o Tratado de Assunção, marco inicial do Mercosul, assinado na capital paraguaia em 26 de março de 1991. A Venezuela tornou-se membro associado do bloco em 2004 e, em dezembro de 2005, passou à condição de membro pleno.

Argentina e Brasil iniciaram aproximação comercial nos anos 80

Números do Mercosul

Total do bloco

Produto interno bruto: **US\$ 727 bilhões**
 PIB *per capita*: **US\$ 2.775**
 População: **262 milhões**
 Área territorial: **12.806**
 Efetivo das forças armadas: **483.900**

Venezuela

República federativa unicameral (Assembléia Nacional, com **165** membros)
 Presidente: **Hugo Chávez Frias** (2002)
 Moeda: **Bolívar**
 Produto interno bruto (PIB): **89**
 PIB *per capita*: **3.490**
 População: **27**
 Área territorial: **917**
 Efetivo das forças armadas: **82.300**

Paraguai

República federativa com duas casas legislativas: Senado (**45** membros) e Câmara (**80** membros)
 Presidente: **Lugo**
 Moeda: **Guarani**
 Produto interno bruto (PIB): **US\$ 6 bilhões**
 PIB *per capita*: **US\$ 1.100**
 População: **6 milhões**
 Área territorial: **407 km²**
 Efetivo das forças armadas: **18.600**

Argentina

República federativa com duas casas legislativas: Senado (**72** membros) e Câmara dos Deputados (**257** membros)
 Presidente: **Cristina Kirchner** (2008)
 Moeda: **Peso argentino**
 Produto interno bruto (PIB): **US\$ 140 bilhões**
 PIB *per capita*: **US\$ 3.650**
 População: **39 milhões**
 Área territorial: **2.789 km²**
 Efetivo das forças armadas: **71.400**

Brasil

República federativa com duas casas legislativas: Senado (**81** membros) e Câmara (**513** membros)
 Presidente: **Luiz Inácio Lula da Silva** (2003)
 Moeda: **Real**
 Produto interno bruto (PIB): **US\$ 479 bilhões**
 PIB *per capita*: **US\$ 2.710**
 População: **187 milhões**
 Área territorial: **8.515 km²**
 Efetivo das forças armadas: **287.600**

Uruguai

República com duas casas legislativas: Câmara (**99** membros) e Senado (**31** membros, incluindo o vice-presidente, que preside a casa)
 Presidente: **Tabaré Ramón Vázquez Rosas** (desde 2005)
 Moeda: **Peso uruguaio**
 Produto interno bruto (PIB): **US\$ 13 bilhões**
 PIB *per capita*: **US\$ 3.820**
 População: **3 milhões**
 Área territorial: **178 km²**
 Efetivo das forças armadas: **24.000**

Movimento de independência aproximou países

Para entender o processo de integração que deu origem ao Mercosul, é fundamental conhecer a história dos principais personagens que atuaram na conturbada luta pela independência das nações da América do Sul.



José Francisco de San Martín

Nasceu em 1778 na Argentina. Aos 6 anos, mudou-se com a família para a Espanha, terra natal de seu pai. Foi educado como soldado e chegou a oficial na guerra contra Napoleão Bonaparte.

Em 1812 retornou à Argentina para liderar tropas contra o jugo espanhol. Atacou também o domínio europeu no Chile e no Peru. Entregou o Chile a Bernardo O'Higgins, considerado o herói nacional. No Peru, passou o poder a Simón Bolívar. Morreu na França em 1850.



José Gervasio Artigas

Artigas nasceu em Montevideu, Uruguai, em junho de 1764. Político e militar, tornou-se herói nacional por causa de sua luta para tornar o país independente da Espanha e das agressões dos vizinhos argentinos, brasileiros e, ainda, dos ingleses.

Foi um dos defensores dos ideais democráticos e republicanos na América do Sul. Morreu no exílio, no Paraguai, em 1850. Seus restos mortais só voltaram cinco anos depois ao Uruguai, onde foram depositados no Panteón Nacional.



Simón Bolívar

Bolívar nasceu em julho de 1783, em Caracas, Venezuela, filho da abastada sociedade do país, que era defensora do domínio colonial espanhol sobre os territórios sul-americanos.

Ele é considerado o profeta da integração latino-americana, por ter conduzido exércitos que libertaram do domínio espanhol cinco países da região – Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia.

Simón Bolívar, o Libertador, faleceu no dia 17 de dezembro de 1830.



José Ignacio de Abreu e Lima

Nasceu no Recife, em Pernambuco, em 6 de abril de 1794, filho do Padre Roma, líder da Revolução de 1817. Depois de ser obrigado a presenciar o fuzilamento do próprio pai, teve que deixar o Brasil. Na Venezuela, incorporou-se como capitão de artilharia ao movimento conduzido por Simón Bolívar, que liderava a luta contra o domínio espanhol.

Abreu e Lima morreu em 1869, conhecido como o "General de Bolívar", herói nacional da Colômbia e da Venezuela.

JORNAL DO SENADO

Especial é uma publicação do **Jornal do Senado**
 Praça dos Três Poderes - Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar - 70165-920 Brasília (DF)
 www.senado.gov.br/jornal / jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 – Fax: (61) 3311-3137
 Diretor da Secretaria Especial de Comunicação
 Social: Helival Rios
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich

Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Mikhail Lopes e João Carlos Teixeira
 Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo do Amaral e Miquéas D. de Moraes
 Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim
 Arquivo Fotográfico: Ana Cláudia Volpe e Éilda Costa
 Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações